

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL

LARISSA LOEBENS¹; ANA LUIZA BERTANI DALL'AGNOL²; MÉLORY MARIA
FERNANDES DE ARAÚJO³; MARCELA DA SILVA AFONSO⁴; DIULIANA
LEANDRO⁵; MAURIZIO SILVEIRA QUADRO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – laryloebens2012@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – analuizabda@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – mmfa.eh@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – marcelamafonso@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – diuliana.leandro@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – mausq@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saneamento Ambiental (NPSA) vem desenvolvendo, nos últimos anos, diversos projetos voltados para a comunidade regional abrangendo diferentes áreas: saneamento básico, recursos hídricos, resíduos sólidos e prevenção de áreas de risco e desastres naturais. Por conta do histórico de atividades desenvolvidas, diversas vezes os setores públicos procuram o NPSA para solicitar apoio em problemas relacionados ao saneamento nos municípios, mostrando que há uma relação estabelecida entre a universidade e os órgãos públicos. Assim, conhecer a situação do saneamento nos municípios é essencial para que se possa trabalhar e atender as demandas que se apresentam.

De acordo com Nugem (2015), em função do crescimento populacional diversas questões sociais devem ser fornecidas e controladas pelo poder público, sendo uma delas a infraestrutura de saneamento ambiental capaz de garantir serviços adequados e seguros à população. Ainda, conforme o autor, o saneamento ambiental é um conjunto de funções socioeconômicas que tem como objetivo alcançar níveis de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água, coleta e disposição de resíduos sólidos, líquidos e gasosos e da drenagem urbana, buscando também promover a educação sanitária e ambiental.

Com a promulgação da Lei 11.445/2007, Lei do Saneamento Básico, tornou-se obrigatório para os municípios a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB, que deve contemplar o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.

No mesmo sentido, a Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, trata no seu Art. 18 sobre a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS por parte dos municípios, sendo que, em alguns casos, esse pode estar inserido no PMSB.

As prefeituras brasileiras, na sua grande maioria, não estão preparadas para elaborar e implementar os Planos Municipais de Saneamento Básico e Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (BELLINGIERI, 2012). Em vista disso, o projeto teve como objetivo introduzir um pensamento sistêmico e interdisciplinar, oferecendo suporte e realizando convênios entre a universidade e as prefeituras para a elaboração dos planos.

2. METODOLOGIA

Inicialmente, vinculado a Universidade Federal de Pelotas e ao Ministério das Cidades, foi criada uma página na internet com material de apoio, informações sobre os cursos de capacitação e oficinas. Também foi desenvolvido um fórum de discussões on-line para auxiliar os municípios nas dúvidas sobre as legislações vigentes.

Foram realizados cursos de capacitação para a elaboração e implementação de Planos Municipais de Resíduos Sólidos e Planos Municipais de Saneamento Básico. Para a realização desses cursos, foram contatados prefeitos, secretários e responsáveis regionais dos municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul.

Com a realização dos cursos alguns municípios demonstraram interesse na realização de convênios com a universidade para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo eles: Arroio do Padre, Arroio Grande, Morro Redondo e São José do Norte. Portanto, através do convênio realizado entre a Universidade Federal de Pelotas e as prefeituras, foram elaborados os PMSB desses municípios. Recentemente, o município de São José do Norte buscou auxílio da Universidade para a elaboração do seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o convênio para a elaboração do PMGIRS está em andamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades referentes aos cursos de capacitação foram ministradas nas dependências da Universidade Federal de Pelotas com a participação dos representantes municipais, professores e bolsistas, representantes da CORSAN e FEPAM. As palestras foram ministradas por professores e convidados, e em alguns momentos, apresentados trabalhos já desenvolvidos pelo grupo.

Nos cursos, foram abordadas diversas temáticas, entre elas: diretrizes para elaboração do PMSB e PGIRS, mapeamento e recuperação de áreas degradadas, gestão de resíduos sólidos, licenciamento ambiental, saneamento básico para o desenvolvimento humano e educação ambiental.

Uma das dificuldades encontradas ao longo do projeto foi contatar e ter a presença dos gestores municipais nos cursos de capacitação, fato que ocorre em função do descolamento que envolve custos e, em alguns casos, desinteresse das administrações municipais na temática ambiental. Mesmo com essas dificuldades encontradas, cerca de 60% dos municípios contatados participaram dos cursos de capacitação.

Em relação aos convênios realizados, os Planos Municipais de Saneamento Básico elaborados para os municípios de Arroio do Padre, Arroio Grande, Morro Redondo e São José do Norte foram desenvolvidos conforme o Termo de Referência estadual e já se encontram em vigência nos respectivos municípios. Esses trabalhos foram de fundamental importância dentro do projeto, pois permitiram aos alunos uma vivência prática: noções de responsabilidade, aplicação de conhecimentos, além da compreensão sobre o processo participativo envolvido nos Planos, visto que os mesmos participaram das audiências públicas realizadas. Para os municípios envolvidos, o projeto permitiu a execução e implantação do PMSB, uma pendência que ainda é a realidade de muitos gestores públicos.

Em vista disso, o programa possui íntima relação entre ensino, pesquisa e extensão. A relação entre extensão e pesquisa ocorre através dos cursos e oficinas que servem como porta de acesso das prefeituras e órgãos estaduais com a universidade. O trabalho desenvolvido pelos gestores municipais nas prefeituras também pode ser caracterizado como uma ação de pesquisa aplicada na localidade. A relação entre extensão e ensino ocorre com a vivência entre os bolsistas discentes, professores e representantes das prefeituras. As atividades

realizadas enriqueceram o conhecimento dos alunos pela vivência prática da teoria aprendida em aula, permitindo formar profissionais mais preparados.

4. CONCLUSÕES

Os cursos de capacitação proporcionaram o desenvolvimento de uma relação entre a universidade e a gestão pública regional. Com isso os gestores municipais receberam apoio para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A indisponibilidade financeira para o deslocamento e até mesmo o desinteresse por parte de algumas prefeituras na temática ambiental fizeram com que alguns municípios não participassem da capacitação.

Ações futuras visam promover encontros para acompanhar a implantação dos planos e analisar se houveram melhorias no setor. Outra intervenção idealizada é a realização de cursos de capacitação pontuais, em que o grupo se desloca para um município central e atende aqueles do entorno, com a finalidade de alcançar um maior número de participantes. A elaboração dos PMSBs, através dos convênios entre a universidade e as prefeituras, permitiu aos discentes bolsistas uma experiência prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação, complementando a formação acadêmica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLINGIERI, P. H. Sistema de informação sobre resíduos sólidos como instrumento de gestão. In: PHILIPPI JR, Arlindo. (Coord.). **Política Nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri: Manole, 2012. Cap.11, p. 245-281.

BRASIL. **Lei nº 11.445**, de 5 de janeiro de 2007. "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. DOU, Brasília.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. DOU, Brasília.

NUGEM, R. C. **Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI) em Porto Alegre – RS**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, 2015.